

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297 — e-mail: jtarde@embratel.net.br



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação
Fernão L. Mesquita
Diretor Executivo
Leão Serva
Editor Chefe
Celso Kinjô

Diretor Superintendente
Francisco Mesquita Neto
Diretor Comercial
Roberto Crissiuma Mesquita
Diretor Agência Estado
Rodrigo L. Mesquita

“Crescei e multiplicai-vos”

O ministro Adib Jatene ganhou um apoio de peso em sua cruzada pela recriação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) como forma de reforçar o Orçamento do Ministério da Saúde. As voltas também com escassez de verbas, o convalescente ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, recém-saído de uma operação do coração realizada por seu colega da Saúde, deu inteiro apoio às pretensões do ilustre cardiologista, engrossando o coro dos que querem quebrar as resistências do presidente da República e dos ministros da Fazenda e do Planejamento a essa idéia.

Entendem os dois pretendentes a administradores públicos que essas são áreas prioritárias e que não podem ficar à míngua. E é esta obviedade que torna a sua cruzada “simpática”. Não há quem não concorde com a tese de que o País precisa ter um sistema de educação e, sobretudo, de saúde, decentes. Mas é ela, também, que dá à sua “campanha” um indelével caráter de golpe baixo.

A bandeira do governo pelo qual o ministro reivindicante foi convocado a servir o País é a da reforma da velha mentalidade política que — a golpes de IPMFs e quejandos — inviabilizou o setor público, aí incluída a Saúde, e inchou o chamado “custo Brasil” a um ponto tal que impede o País de concorrer no mercado internacional, o que significa roubar empregos aos que precisam de saúde. E é justamente à ressurreição desta velha mentalidade populista — que seu chefe conseguiu a duras penas fazer refluir na primeira fase das reformas recém-encerrada — que o ministro está apelando, numa tentativa ostensiva de seduzir um Congresso que nunca soube resistir a isso. Em todo o mundo, e também no Brasil, o IPMF já foi julgado e condenado pela experiência prática. É a síntese do imposto burro que a reforma tributária do presidente FHC quer banir, e, portanto, a antítese dessa reforma que até o PT reconhece como fundamental. Por incidir em cascata, aumenta o custo de todos os fatores de produção, em todas as etapas da cadeia produtiva. Desestimula a atividade econômica e reduz a capacidade do empresariado de empregar, do governo de arrecadar e do País de sobreviver à inevitável competição internacional.

Alega o dr. Jatene que “o brasileiro paga pouco imposto, sobretudo nas elites”. Não sabemos com quanto contribuiu, na última declaração, um dos mais caros cirurgiões do País. Mas o fato é que o discurso acusatório de mais este membro da elite vem cair sobre os sucessivos recordes de arrecadação que o desmentem com veemência, o último dos quais — anunciado ontem — foi da ordem de **40% reais** sobre igual período do ano anterior. Mas o fato há tantos anos ansiado por todos os brasileiros, que continua por ser anunciado — sendo, na verdade, inédito em toda a história do Brasil —, é uma redução dos gastos do setor público. Apesar dos sucessivos recordes de arrecadação, é tal a voracidade da corporação

(esta, sim, que o ministro Jatene deveria estar lutando por conter para salvar a saúde do povo brasileiro) que também os déficits mensais do Tesouro Nacional continuam batendo recordes sucessivos. Isto quer dizer que, conquanto sejam dramaticamente verdadeiros os relatórios do dr. Jatene sobre a deterioração dos serviços de saúde pública, continua sendo escandalosamente verdadeiro que isto não se deve ao fato de que falta quem pague o seu imposto, mas sim que faltam administradores públicos — inclusive na Saúde — dispostos a reduzir o escandaloso desperdício do dinheiro que deveria estar sendo aplicado na cura de doentes mas é desviado para garantir as comodidades e as “conquistas” da corporação dos servidores.

Ainda ontem este jornal — dando seqüência a milhares de outras reportagens, investigações públicas e privadas, nacionais e até estrangeiras sobre o mesmíssimo assunto — publicava os resultados de um levantamento realizado pelo Senado, em mil municípios brasileiros, que encontrou 1.750 obras federais inacabadas só na área de Saúde, inclusive 30 hospitais em São Paulo, 31 em Minas Gerais e 14 no Rio de Janeiro. As fraudes nesse setor são estimadas em R\$ 2 bilhões ao ano, 30% de todos os gastos federais com Saúde e dois terços do dinheiro que o dr. Jatene diz que precisa para fechar o Orçamento deste ano. Médicos respeitabilíssimos, que desfrutam da intimidade do dr. Jatene, têm demonstrado irrefutavelmente, na imprensa, que, com a média por doente que se gasta em alguns dos centros de saúde pública com custos inchados por médicos e funcionários que não comparecem ao trabalho e corroidos pela corrupção, nos quais o ministro já trabalhou pessoalmente em São Paulo, ficaria mais barato colocar cada doente num avião, mandá-lo para tratamento em hospitais privados de Nova York e trazê-los de volta ao Brasil. Isso para não falarmos nas outras dezenas de bilhões de dólares que anualmente se perdem pelos infinitos “ralos” da República.

E, no entanto, dando provas de que a excelência na arte de remendar artérias não é garantia de competência na arte de governar, o ministro Jatene pede mais impostos, agora com o eco do seu agradecido colega da Educação. No mundo da política e da administração pública, cuja psicologia ambos estão dando provas de desconhecer, esta mensagem terá uma leitura altamente deseducativa. Porque ela equivale a dizer a todos os criadores de “ralos”, a todos os corruptos, a todas as corporações que sugam o dinheiro que deveria estar assegurando Saúde e Educação para as populações carentes, mais ou menos o seguinte: “Crescei e multiplicai-vos, que o contribuinte garante”.

N. da R.: Este editorial foi escrito antes da divulgação da notícia de que os ministros Pedro Malan e José Serra aderiram à proposta do IPMF para a Saúde, o que só confirma o raciocínio exposto.